

2016

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

INCÊNDIOS FLORESTAIS EM RIBAMONDEGO E RIO TORTO

CONCELHO:
GOUVEIA



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Gouveia

Título: Relatório de Estabilização de Emergência do Incêndio Florestal em Ribamondego e Rio Torto

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Texto: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas
do Centro

Imagens: Departamento de Conservação da Natureza e
Florestas do Centro

Edição: Setembro de 2016



ÍNDICE

1. SUMÁRIO	4
1.1. Nota introdutória	4
1.2. Objetivo	5
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO	6
2.1. Área ardida total	6
2.2. Área ardida por concelho	7
2.3. Área ardida por uso do solo e por concelho.....	8
3. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA.....	10
ANEXOS	13



1. SUMÁRIO:

1.1. Nota Introdutória

No dia 08 de agosto de 2016, junto do local de Moinhos do Galião, freguesia de Rio Torto, concelho de Gouveia, deflagrou um incêndio florestal, pelas 00h45min, que resultou numa área ardida de 774,00 ha. Este incêndio florestal, com a designação de Moinhos do Galião, corresponde à ocorrência da ANPC nº 2016090024204 e foi extinto no dia 25 de agosto de 2016, pelas 12h07min.

No mesmo concelho não muito longe do anterior, deflagrou um outro incêndio florestal, no dia 08-08-2016, pelas 15h08min, no local “junto ao campo de futebol”, freguesia de Ribamondego, com uma área total ardida de 1283,00 ha. Este incêndio florestal, corresponde à ocorrência da ANPC nº 2016090024276 e foi extinto no dia 10 de agosto de 2016, pelas 22h30min.

Desta forma, estima-se que será necessário proceder à recuperação de uma vasta área de povoamentos florestais.

O presente documento resulta do trabalho conjunto entre o ICNF e o GTF de Gouveia, pretende dar a conhecer, de uma forma expedita e imediata, o enquadramento das situações, seus impactes e propostas de estabilização.

Numa vertente exclusivamente biofísica, a recuperação de áreas ardidas envolve, tradicionalmente e para os sistemas florestais de silvicultura não intensiva, três fases distintas:

- A primeira, muitas vezes designada como de “estabilização de emergência”, decorre logo após (ou ainda mesmo durante) a fase de combate ao incêndio e visa não só o controlo da erosão e a proteção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis;
- Segue-se uma fase de “restauro e reabilitação”, nos dois anos seguintes, em que se procede à avaliação dos danos e da reação dos ecossistemas, à recolha de salvados e, eventualmente, a ações de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis;
- Na terceira fase, de “longo prazo”, são planeados e implementados os projetos definitivos de recuperação/reflorestação, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo.

Não existem procedimentos normalizados relativamente às duas primeiras fases, cuja implementação é da responsabilidade do proprietário florestal ou de entidades públicas em zonas especiais de gestão (perímetros florestais, áreas protegidas, albufeiras de águas públicas, etc.); são exceção os anos de épocas severas de incêndios florestais, em que são instituídos mecanismos excecionais de apoio ao controlo da erosão, à recolha de salvados, à silvopastorícia, etc.



1.2 Objetivo

O presente relatório visa analisar as consequências de dois incêndios florestais que afetaram o concelho de Gouveia, os quais tiveram início nos locais Moinhos do Galião e “junto ao campo de futebol” de Ribamondego, concelho de Trancoso, pelas 00h45min e 15h 08 min, do dia 08 de agosto de 2016, correspondendo às ocorrências da ANPC nº 2016090024204 e ANPC nº 20160900242276 e foram encerrados no dia 25 de agosto de 2016 e 12 de agosto de 2016, respetivamente, para efeitos de estabilização da emergência, tal como previsto na alínea a), do número 1, do artigo 23º, da Portaria nº 134/2015, de 18 de maio, alterada pela Portaria nº 233/2016, de 29 de agosto.



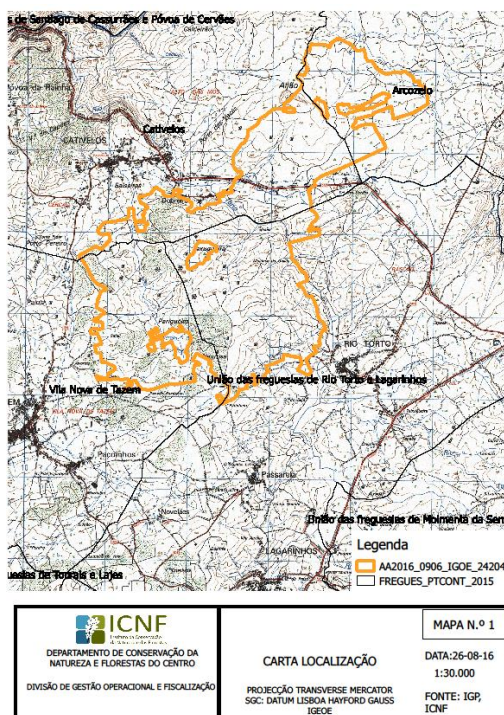
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO FLORESTAL

2.1. ÁREA ARDIDA TOTAL

A avaliação rigorosa da área ardida, não só no que respeita aos perímetros afetados, mas também à severidade atingida pelos incêndios nas diferentes parcelas, constitui informação de base essencial para a avaliação dos danos e para a formulação do programa de recuperação.

Uma vez que se tratava de uma grande extensão territorial, o ICNF estabeleceu uma articulação conjunta com o Gabinete Técnico Florestal (GTF) do município afetado para efetuar a cartografia perimetral dos incêndios, estabelecendo contatos prévios com, no sentido de conjugar esforços para se efetuar uma correta delimitação dos perímetros ardidos, bem como a identificação das manchas interiores não ardidas.

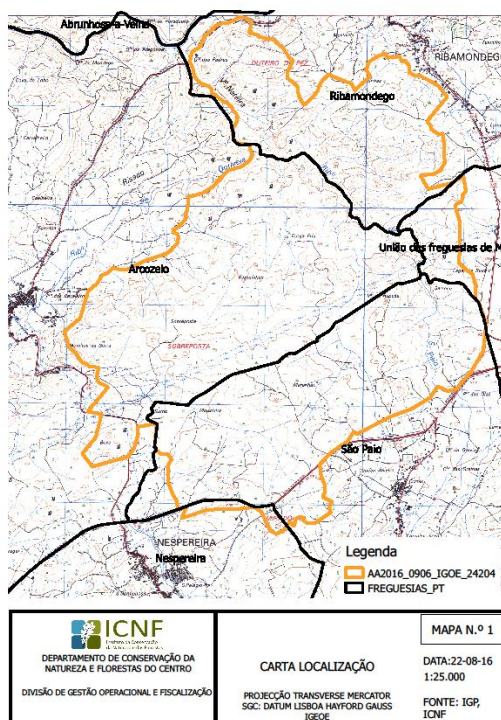
Com base no levantamento dos perímetros efetuados no terreno, a superfície total ardida destes 2 incêndios é de 2057,00 hectares, respetivamente (774,00 ha e 1283,00 ha), abrangendo o distrito de Guarda, concelho de Gouveia. Nos mapas seguintes (1 e 2), ilustra-se a distribuição da área ardida dos dois incêndios no concelho de Sabugal, pelas respetivas freguesias.



Mapa 1 – Enquadramento da área afetada pelo grande incêndio florestal no local Moinhos do Galião, com início no dia 08-08-2016



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Gouveia



Mapa 2 – Enquadramento da área afetada pelo grande incêndio florestal no local “junto ao campo de futebol, com início no dia 08-08-2016

2.2. ÁREA ARDIDA POR CONCELHO/FREGUESIAS

No quadro 1 são apresentadas as distribuições das áreas ardidas pelos respetivos concelhos e freguesias, sendo no concelho de Gouveia, a freguesia de Ribamondego que se verifica a maior percentagem de área ardida, 36,83 %.

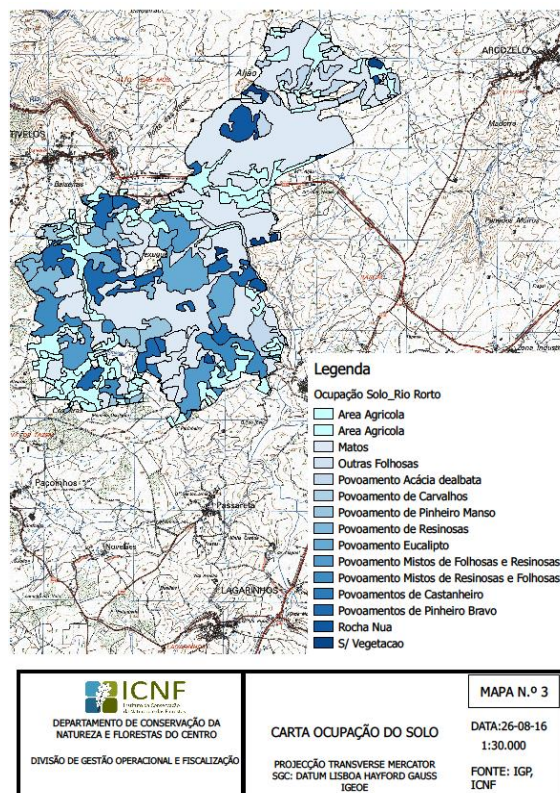
Quadro 1 – Distribuição das superfícies ardidas no concelho de Gouveia/freguesias

Concelho	Freguesia	Área total (ha)	Área ardida (ha)	%
Gouveia	Arcozelo	2402,39	652,00	27,14
	São Paio	1557,23	410,70	26,37
	Nespereira	538,46	10,53	1,96
	Ribamondego	755,39	278,20	36,83
	Melo e Nabais	1444,67	43,50	3,01
	Rio Torto e Lagarinhos	1934,78	263,80	13,63
	Vila Nova Tázem	1595,36	186,37	11,68
	Catavolos	1410,68	211,90	15,02
Total		11638,96	2057,00	17,67



2.3 ÁREA ARDIDA POR USO DO SOLO E POR CONCELHO

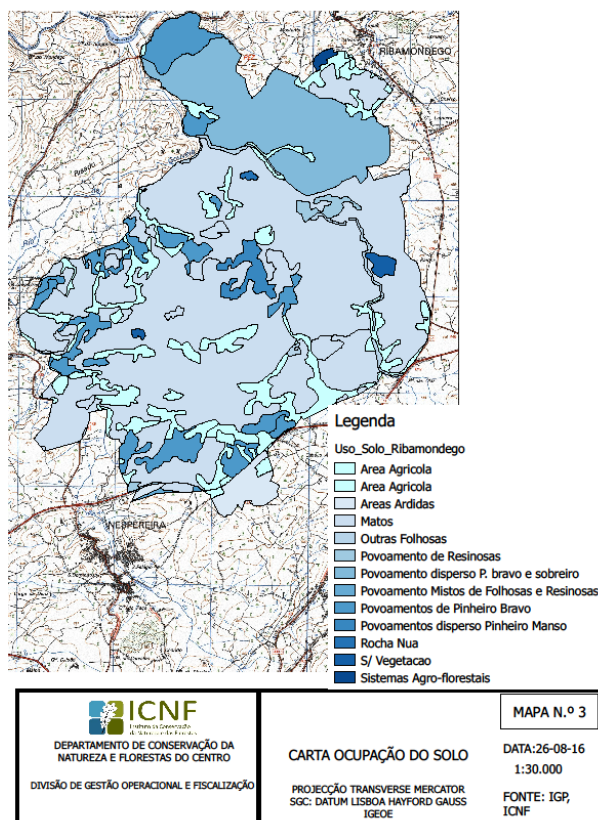
Tendo por base a carta de uso e ocupação do solo constantes no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Gouveia, verifica-se que 55,18 % da área ardida estava ocupada por incultos (áreas ocupadas por matos), conforme se pode visualizar nos mapas 3 e 4 e no quadro 2.



Mapa 3 – Ocupação do solo na área ardida, do incêndio dos Moinhos do Galião, freguesia do Rio Torto, 08-08-2016



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Gouveia



Mapa 4 – Ocupação do solo na área ardida, do incêndio no local “junto ao campo de futebol”, freguesia de Ribamondego, 08-08-2016

Quadro 2 – Distribuição da ocupação do solo nas áreas ardidas, incêndios de Gouveia

Concelho		Gouveia								
Freguesias		Arcozelo	S.º Paio	Nespereira	Ribamondego	Melo e Nabais	Rio Torto Lagarinhos	VN Tázem	Cativeiros	TOTAL
Áreas Agrícolas	ha	82,23	78,94	1,06	63,60	0,00	24,41	54,75	51,03	356,02
	%	23,10	22,17	0,30	17,86	0,00	6,86	15,38	14,33	17,31
Incultos	ha	488,43	290,20	7,96	35,90	43,50	110,60	47,99	110,40	1134,98
	%	43,03	25,57	0,70	3,16	0,00	9,74	4,23	9,73	55,18
Floresta	ha	81,34	41,56	1,51	178,70	0,00	128,79	83,63	50,47	566,00
	%	14,37	7,34	0,27	31,57	0,00	22,75	14,78	8,92	27,52
TOTAL	ha	652,00	410,70	10,53	278,20	43,50	263,80	186,37	211,90	2057,00



3. Medidas para estabilização de emergência

AÇÕES DE COMBATE À EROSÃO E CORREÇÃO TORRENCIAL

A avaliação rigorosa dos impactes e dos efeitos do fogo nos ecossistemas deverão averiguar as áreas em que o solo perdeu o seu coberto protetivo e também, a parte do seu horizonte superficial orgânico.

Existe uma janela de oportunidade muito curta para a execução de medidas preventivas, uma vez que frequentemente são as chuvas de Outono que possuem maior potencial erosivo. Neste sentido, as principais áreas de intervenção centram-se nas situações onde os impactos são mais significativos, nomeadamente:

- proteção e recuperação de linhas de água;
- proteção de caminhos e faixas de interrupção de combustíveis (aceiros).

No âmbito das medidas de combate à erosão há ainda que salientar os seguintes aspetos:

- Nos trabalhos de campo deve sempre que possível proceder-se à confirmação dos locais e sub-bacias identificados como mais suscetíveis a fenómenos erosivos e torrenciais;
- Assume especial relevância uma monitorização permanente de toda a região abrangida, no sentido de o mais precocemente possível identificar focos nascentes de erosão (laminar ou por ravinamento) e adotar as necessárias medidas preventivas e corretivas, em especial no que toca à salvaguarda de infraestruturas (rede viária, etc.) e de vidas humanas;
- A interligação da rede hidrográfica com a rede viária existente e o normal funcionamento dos dispositivos hidráulicos dos caminhos florestais constituem pontos essenciais do esquema de monitorização e de prevenção da erosão;
- As intervenções realizadas no decurso do combate ao incêndio e que tenham envolvido técnicas com impacte no solo (p. ex., abertura de faixas de interrupção de combustível com lâmina) devem ser alvo de medidas específicas de mitigação dos seus efeitos erosivos;
- A intervenção no território, sobretudo no que toca à gestão e extração do arvoredado queimado, deve sempre incorporar medidas de prevenção de erosão.

As técnicas a utilizar variam para cada situação, devendo os técnicos selecionar as mais apropriadas, após uma rigorosa avaliação prévia do local e da relação custo-benefício da intervenção a propor, tendo em consideração neste caso os valores existentes a jusante.

O eventual recurso a apoios financeiros públicos no âmbito quadro comunitário de apoio, deve ter sempre em consideração os períodos de tempo que decorrem entre a decisão de intervenção e a sua efetiva concretização, o que é particularmente importante nas intervenções que assumam maior urgência.



A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo com alguma frequência, devido quer à sua posição topográfica, quer à elevada densidade e continuidade de combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climatéricas e edáficas desfavoráveis.

Deverão, ainda, ser estritamente respeitadas as faixas de proteção às linhas de água estabelecidas no âmbito do regime do domínio hídrico.

Constituem princípios gerais de intervenção após incêndio em galerias ribeirinhas:

1. Favorecer a regeneração natural dos diferentes estratos de vegetação.

Os sistemas ribeirinhos mediterrânicos são caracterizados por uma forte capacidade regenerativa pós-incêndio, resultado de milhões de anos de evolução num contexto em que o fogo é um dos mais poderosos fatores ecológicos. Numa situação normal, a regeneração das espécies lenhosas é imediata, a partir do sistema radicular não afetado, o mesmo sucedendo com as espécies vivazes; as espécies anuais características da região surgirão após as primeiras chuvas do Outono.

As intervenções deverão centrar-se na limpeza e desobstrução das margens e leitos dos cursos de água, nos casos em que tal impeça o normal fluir dos caudais ou propicie um elevado risco de agravamento das condições fitossanitárias ou de perigo de incêndio.

A condução destas formações deverá favorecer a rápida recuperação das formações clímax, de forma a garantir a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis dos níveis arbustivo, herbáceo.

2. Rearborizar através de plantação/sementeira artificiais apenas em casos excepcionais.

A regeneração artificial de bandas ribeirinhas apenas deverá ser realizada quando se verificar uma destruição total da vegetação pré-existentes ou quando a situação pré-existente se caracterizava já por uma acentuada degradação, por exemplo sem a presença de estrato arbóreo/arbustivo, com dominância de espécies exóticas invasoras.

Poderá ser recomendada, ainda, em ações integradas de combate à erosão ou de correção torrencial.

3. Interditar a utilização de material vegetal não originário da vizinhança imediata do troço do curso de água.

Atendendo à notável variedade genética e originalidade de muitas formações florestais ribeirinhas, o material vegetal a utilizar (sementes, estacas, plântulas) deverá ser proveniente de bandas ripícolas das imediações do local a regenerar. A não observância deste preceito poderá acarretar o empobrecimento ecológico e a poluição genética irreversível de numerosas espécies características dos ecossistemas afetados, especialmente ao nível dos géneros mais suscetíveis à hibridação.



4. Atender à composição e estrutura das formações florestais características da região

O acompanhamento da regeneração natural da vegetação ribeirinha deverá ter como referência as formações características da região intervindo, sempre que for necessário, ao nível da eliminação de espécies exóticas invasoras, da gestão hidráulica, etc.

As ações previstas neste relatório observam a legislação em vigor e devem ser enquadradas no âmbito da proteção civil, da gestão dos recursos hídricos e da conservação de habitats e espécies classificados.

RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

A rede viária florestal não foi diretamente afetada e, localmente, pela presença de máquinas no terreno e necessidade da sua beneficiação durante o combate ao incêndio, até terá sido melhorada. Na área do incêndio foi destruída sinalética vária, nomeadamente sinais de trânsito, caça e toponímica.

Deve ser garantida uma monitorização mais intensa nos próximos meses, identificando necessidades de reforço das estruturas, já que com a ocorrência das primeiras chuvas poderá ser essencial beneficiar os sistemas hidráulicos – valetas e aquedutos, pelo previsível aumento de escorrência superficial das águas, criando alguns onde tal se verifique necessário. Poderá ser necessária a estabilização de taludes e aterros para prevenir deslizamentos de terras.

A queda de arvoredo de grande porte queimado ou entretanto debilitado constitui um risco acrescido para o trânsito na rede viária que atravessam povoamentos ou que possuam arvoredo de alinhamento. Com vista a reduzir esse risco, os troços das rodovias nacionais, municipais e vicinais que possuam arvoredo contíguo deverão ser sujeitos a vigilância especial pela entidade gestora com os objetivos de:

- serem identificadas necessidades de intervenção, para cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 (remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação);
- notificação dos proprietários responsáveis por essa remoção.

As ações são enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, pelos regimes legais da rede viária nacional e municipal e pela legislação de proteção civil.

Neste sentido, propõem-se na “Ficha de Identificação de necessidade de intervenção de estabilização de emergência após incêndio” (anexos) as medidas e ações de emergência e estabilização específicas acompanhadas de estimativa de custos, para os concelhos abrangidos pelo incêndio.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Gouveia

ANEXO I



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Gouveia



Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio

Área (ha)	2.057,000	Data Inicio	08-08-2016
Concelho	Gouveia	Data Fim	12-08-2016
Distrito	Guarda	NUT III	Beiras e Serra da Estrela

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	1	Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	2.057	Encostas	
Local	Ribamondego, Rio Torto e Lagarinhos	Linhas de água	x
Freguesia	Arcozelo; Freguesia de S. Paio, Freguesia de Nespereira, Freguesia de Ribamondego, União freguesia Melo e Nabais, União freguesia de Rio Torto e Lagarinhos, Freguesia Vila Nova Tázem,	Rede viária	x
Concelho	Gouveia	Outro	

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

Recuperação e tratamento de rede viária
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC
Recuperação de pontos de água
Recuperação de cercas para proteção dos povoamentos
Substituição de sinalização danificada

Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
km	39	2.500,00 €	97.500,00 €
hectare			
nº			
hectare			
nº			

97.500,00 €

Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros
Abertura de regos segundo curvas de nível
Rompimento da camada do solo repelente à água
Tratamento do solo para melhoria das suas características

hectare			
hectare			
hectare			
hectare			
hectare			

0,00 €

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água
Obras de correção torrencial de pequena dimensão

hectare	15	1.250,00 €	18.750,00 €
nº			

18.750,00 €

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural
Instalação, através de sementeira ou plantação
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de com
Controlo de espécies invasoras
Aquisição e instalação de proteções individuais de plantas
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem

hectare			
hectare			
km			
hectare			
nº			
nº			

0,00 €

Total

116.250,00 €

4- Observações: